



Cláudio Diniz tem 19 anos e está no segundo grau da EEPSP Alberto Levi. Quería fazer Oceanografia na USP. Mas já viu que não vai dar.

Basta passar os olhos pela estatística de greves de professores nos últimos dez anos para entender por que o ensino público está num beco sem saída. Os professores protestam cada vez mais, porque seus salários vêm diminuindo ao longo do tempo. O ensino, nem tanto pelas paralisações mas pela perda de qualidade, cumpre pouco mais que sua obrigação básica de alfabetizar; de cada 100 alunos que se matriculam na escola pública, apenas um conclui faculdade. Os alunos, coitados, são engolidos pelo dilema de abandonar de vez o sonho de estudar ou tentar um sonho impossível.

Sonho, Márcio Yamamoto alimenta um e esse é rigorosamente impossível. Aos 18 anos, cursa o 3º colegial na EEPSP Ministro Costa Manso, no Itaim, com intenções de ingressar no curso de Administração de Empresas da Getúlio Vargas. Acontece que seu aproveitamento escolar em 1989 está reduzido a zero, na prática: foram pouco mais que 30 dias de aula, sem nenhuma prova bimestral realizada. E nas raras vezes em que tenta estudar na raça — em casa, sozinho — o progresso de Márcio é desanimador. O sonho fica adiado por um ano, considerando que ele receba o diploma de segundo grau, para investir num cursinho em 90 e, aí sim, prestar vestibular com alguma chance.

A reposição

Akiko Oyafuso, coordenadora da Coordenadoria do Ensino da Grande São Paulo — Cogesp —, reconhece o problema de Márcio, mas garante que os 180 dias letivos de aula, obrigatórios, serão cumpridos: “É bom lembrar que em todas as greves sempre houve reposição de aulas, e os professores praticamente sempre ganharam os dias parados”, diz. Já Conceição Bongiovanni, diretora do serviço de 2º grau da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) da Secretaria de Educação, afirma que o ensino tem seu ritmo próprio e que a parte formal — a questão dos dias perdidos — pode até ser ajudada. “Mas, dizer que não há prejuízo do ensino é o mesmo que afirmar que o primeiro semestre é dispensável. Por que, então, trabalhar toda a vida com os dois semestres, ou seja, com os 180 dias?”, pergunta.

Akiko e Oscar Holme, da Coordenadoria do Ensino do Interior — CEI —, preferem não discutir essa questão. Akiko observa apenas que, se a interrupção significasse queda de qualidade de ensino, “a cada período de férias teríamos uma queda no ensino, e isso não ocorre”. De qualquer maneira, ela diz que o retorno às aulas vai depender muito da reorganização humana na unidade escolar, da compreensão sobre quem ela atende e por que atende, além de um entendimento a respeito dos motivos que levaram à greve do magistério. E Akiko garante que os professores da rede “sabem muito bem” lidar com isso.

O retorno às aulas tem sido assunto constante nos órgãos centrais da Secretaria de Educação. No entanto, a secretaria e as entidades do magistério — Apase, Afuse, Apeesp e Udemo — não entraram em acordo com relação ao pagamento ou não dos dias parados. Pelo calendário oficial, o ano letivo deve ter 180 dias, mas, segundo Akiko, o ano letivo não precisa necessariamente bater com o ano civil, que termina a 31 de dezembro. Isto, sem considerar que cada escola aderiu à greve em dias diferentes — assim, se se pegar como base o primeiro dia da paralisação, 19 de abril, os estudantes tiveram neste primeiro semestre apenas 42 dias de aula, o que significa que ainda faltam 138 dias para completar o ano.

Entre os vários estudos, e considerando que os professores retornassem às aulas amanhã (o que é bastante improvável) a Secretaria teria a seguinte alternativa: em vez de 8 de dezembro, como seria o normal, o ano letivo terminaria a 30 de dezembro, utilizando-se os dez dias de recesso escolar (de 8 a 23 de julho) e sábados. “Se os professores voltarem ao trabalho no dia 21 teremos 28 sábados.

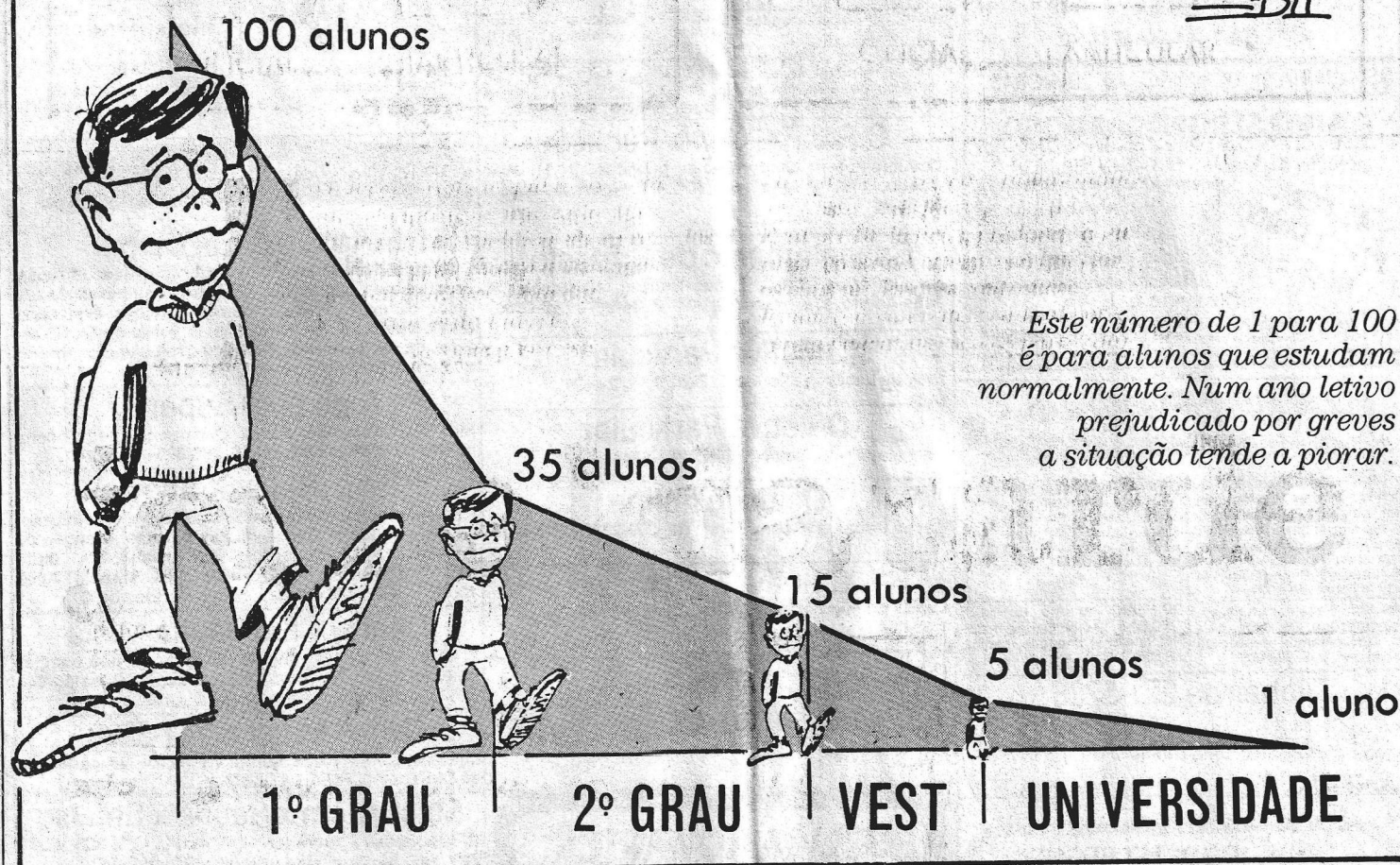
Mas, como o secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, não quer que todos os sábados sejam tomados, quatro deles ficariam para reuniões pedagógicas, cinco para Conselhos de Série de Classes (avaliação que o professor faz do bimestre) e os outros poderiam ser utilizados, se acharmos conveniente”, explica Akiko, acrescentando que o trabalho da volta será difícil “mas não impossível de ser feito”.

Educação

Os professores estão parados, os alunos também. Nas escolas, um drama.

ENSINO OFICIAL

A FALÊNCIA DO SISTEMA EDUCACIONAL



A trajetória dos alunos que frequentam (ou abandonam) o ensino público de São Paulo. São números alarmantes.

Universidade, sonho impossível para os alunos das escolas públicas.

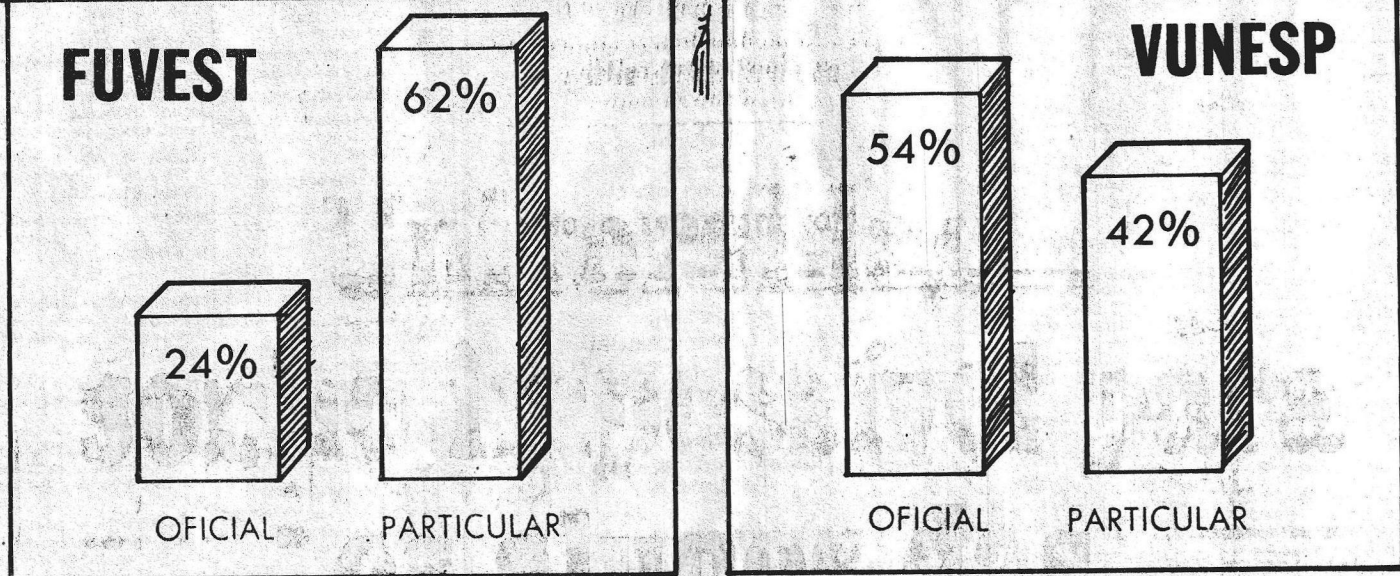
Impossível porque o aluno da escola oficial não consegue avançar. Ele é mau preparado. Pior ainda num ano de greve, como este. A escola pública já perdeu 41 dias.



Rotina na Praça da República: protestos.

Afinal, neste semestre foram pouco mais de 30 dias de aula, não houve provas bimestrais e ainda não se sabe ao certo como será feita a reposição das aulas.

ÍNDICE DE APROVAÇÃO NO VESTIBULAR



No Interior, o ensino público ainda não está tão desmoralizado. Mais alunos da rede pública são aprovados na Vunesp; na Fuvest a vantagem é das escolas particulares. Uma das causas são os exames da Fuvest, muito mais exigentes que a Vunesp.

Além disso, a área de Humanidades, de acesso mais fácil que as de Exatas e Biológicas, predomina nas inscrições da Vunesp e no Interior os bons professores continuam lecionando na rede estadual por serem poucas as escolas particulares.

jornal da tarde

Adeus universidade

Cláudio Diniz, 19 anos e cursando o 3º ano colegial da EEPSP Alberto Levi, no bairro de Indianópolis, queria ter esta certeza. Apaixonado por Oceanografia, ele alimentava dois projetos de vestibular: na Universidade de São Paulo e em uma universidade do Rio Grande do Sul. Já viu que não vai dar. Assim como Márcio Yamamoto, não teve provas de 1º bimestre e, no momento, diz que tem dúvidas até se os alunos não serão reprovados no final do ano. “Faz mais sentido do que aprovar, não é?”, pergunta, dos 35 alunos da sua classe, quase todos pensavam em prestar vestibular — e, agora, “estão preocupados, sem saber o que fazer, já que a maioria não pode pagar cursinho e não consegue estudar sozinho”.

E de quem é a culpa? Para Cláudio e Márcio só existe um culpado: o governo que, segundo eles, deveria dar o aumento pedido pelos professores, “porque o que arrecada com impostos daria para pagar até mais”, como diz Cláudio. “A escola particular já está no segundo bimestre e eu nem acabei o primeiro. Assim, fica inviável até pensar em mudar de colégio. E eu estou preocupado, porque é o meu futuro que está em jogo”, afirma Márcio.

A professora Conceição Bongiovanni entende a preocupação dos dois alunos, mas não sabe ao certo quais eram antes da greve, e quais são hoje as chances concretas de os alunos da escola pública passarem pela peneira do vestibular. Ela, sem dispor de dados concretos, afirma que a proporção parece ser de 10 para um, “até pelas distorções do concurso vestibular”. A delegacia regional do MEC em São Paulo também não possui estes dados. Disponíveis, apenas os números sobre os três maiores vestibulares de São Paulo: Fuvest, Unicamp e Vunesp.

Na Fuvest, que faz o vestibular para a USP e a Escola Paulista de Medicina, a escola particular aprova 62% dos candidatos, e a rede pública, 24,2%. Os dados apontam ainda para uma triste realidade: até 1980, a relação entre candidatos aprovados que vinham da escola pública e da privada era de 50%-50%.

Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Educação, em fins de 1987 a rede estadual respondia por 79,12% do atendimento do ensino de 1º grau e 63,28% do de 2º grau, enquanto a rede particular era responsável por 11,46% do 1º grau e 34,88% do 2º. O município atendia 9,42% dos alunos do 1º grau, e apenas 1,84% dos de 2º. No final de 87, a rede particular atendeu 638.408 alunos de 1º grau e 311.219 alunos de 2º grau, e a estadual teve sob sua responsabilidade 4.407.148 alunos de 1º grau e 564.878 de 2º grau. Com o Plano Verão, estes números devem ter subido muito na rede pública.

Números alarmantes

Jocimar Archangelo, da Unicamp, explica que, de um modo geral, o percentual de alunos da rede estadual que se inscreve para o vestibular consegue ser aprovado. Este percentual não ultrapassa, no entanto, 30% dos candidatos. Já na Vunesp, que faz o vestibular para dezenas de faculdades do interior do Estado, metade dos seus quase 40 mil candidatos fizeram toda sua vida escolar na rede pública e, entre os aprovados, 54,30% são provenientes da rede estadual e 42,84%, da particular.

Outro dado espantoso: segundo Francisco Poli, da Udemo-União dos Diretores de Escolas Estaduais, de cada 100 alunos que entram na 1ª série do 1º grau apenas 35 terminam o 1º grau e, destes, somente 15 concluem o 2º grau. Cinco vão para a faculdade e apenas um a conclui.

Com estes dados em mente, Conceição acredita que a longa paralisação dos professores significa um prejuízo “até irreversível” para os alunos. “Um preço” que, segundo ela, talvez toda a sociedade tenha de pagar para “conseguirmos condições mais adequadas de trabalho para professores, alunos e pais”.

Rita de Biagio

A decisão de hoje é quase certa: mais greve.

Os professores fazem hoje às 15 horas outra assembleia na Praça da República. Mas o resultado do encontro já pode ser antecipado: não vai haver volta ao



Célio Jr./AE

trabalho. “A continuidade da greve é certeza absoluta”, dizia ontem Loretana Pancera, do CPP. A proposta do governador Quercia é de um reajuste que varia de 51 a 126%. Os professores afirmam que isso é metade do que estão reivindicando.

Quadro das greves do magistério estadual de 1978 até hoje:		
ano	período	greves
1978	(de 19/08 a 13/09)	24 dias de greve
1979	(de 09/04 a 15/05)	36 dias de greve
1980		um dia de greve
1981		um dia de greve
1982	(de 17/03 a 22/03)	uma semana de greve
1983		apenas uma paralisação com passeata a 23/11
1984	(de 4/04 a 18/04)	14 dias de greve mais concentração de um dia
1985	(de 22/05 a 26/05)	quatro dias de greve mais Dia Nacional de Paralisação (12/04) e (10/05)
1986	(de 10/09 a 05/10)	24 dias parados
1987	(de 07/05 a 22/05)	15 dias de greve
	(de 11/06 a 18/06)	sete dias de greve
1988	(de 11/02 a 15/03)	32 dias de greve
	(de 23/09 a 12/10)	20 dias de greve
1989	(de 19/04 até agora)	62 dias de greve